

10 MAR 1991

Brasil

Eficiência exige liberdade

ROGÉRIO BONFIGLIOLI

Em seu primeiro ano de trabalho, o governo liderado pelo presidente Fernando Collor conseguiu dar alguns passos importantes, lançando as bases de movimentos transformadores em áreas prioritárias da vida econômica, política e social do País. O movimento ecológico ganhou efetivamente novas dimensões e passou a envolver uma parcela significativa e crescente da sociedade brasileira. Embora não tenha ainda conseguido ir muito além da motivação teórica, sem grandes realizações práticas, a nova atitude ecológica nacional tem condições de se fortalecer e se firmar como início de uma nova fase no relacionamento entre o homem e seu meio ambiente, no panorama nacional.



O relacionamento do Brasil com seus credores internacionais, mesmo sem alcançar até agora um acordo mais durável para a renegociação da dívida externa, também pode ser considerado um avanço importante nos últimos meses. As negociações passaram a ser conduzidas num plano mais profissional, seguindo uma direção que deixa, de um lado, o nacionalismo marcado por posições ideológicas radicais e, de outro, a subserviência aos interesses unilaterais dos credores. Aos poucos, o País vai reconquistando a imagem de parceiro confiável, com possibilidade de ser readmitido para livres negociações no mercado financeiro internacional.

Por causa de pressões políticas, não houve ainda avanços significativos na busca de um Estado mais eficiente e menos intervencionista no relacionamento entre os diversos segmentos da sociedade. Após vários anos de déficit, o governo conseguiu fechar o ano de 1990 com um saldo positivo nas contas públicas. O dado preliminar é de superávit de apenas 1% em relação ao PIB, mas parece significativo, considerando-se que havia no final do ano passado projeções de déficit em torno de 9%.

Com o lançamento do Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade, em novembro do ano passado, o Brasil começa lentamente a se preocupar um pouco mais com a necessidade de melhorar sua capacitação tecnológica, de aumentar sua competência e se integrar, sem protecionismos, à concorrência dos mercados internacionais. Esse movimento pode contribuir para uma mudança de mentalidade empresarial, na busca de um relacionamento mais profissional com os clientes. O novo Código de Defesa do Consumidor, apesar de alguns exageros inspirados em interesses políticos, certamente contribuirá para a reorientação do País na busca de maior eficiência.

Ao lado desses movimentos embrionários e promissores, continuam, porém, sendo mantidos falsos conceitos e absurdas restrições. O caminho da recessão, mesmo que não seja reconhecido

abertamente, continua sendo a trilha mais tentadora a seguir pelos encarregados de combater a inflação. Perdidos nessa trilha, os mentores da política econômica não conseguiram, e certamente não conseguirão, muito êxito em seu trabalho. O País sofreu em 1990 a maior recessão dos últimos 43 anos, com uma queda de 4,6% no PIB. A crise do desemprego se agravou e não conseguimos conter a inflação. E, como em toda guerra mal-sucedida, algumas vítimas são injustamente identificadas como causa das dificuldades e, por isso, injustamente punidas.

O antigo preconceito de que o consumo é sempre o responsável pela inflação e de que o crédito é o responsável pelo aumento do consumo fez com que o setor das financeiras se tornasse o alvo preferido das medidas de contenção adotadas pelo governo. Após ter liberado por alguns dias o contingenciamento imposto sobre o crédito ao consumidor, no primeiro semestre do ano que passou, as autoridades monetárias voltaram a insistir nesse instrumento, rejeitando na prática a política de liberação econômica defendida, em tese, pelo presidente da República.

Atualmente, as financeiras continuam com seus volumes de empréstimos contingenciados e com seus prazos máximos de financiamentos duramente limitados pelo Banco Central. Com isso, o crédito se transformou numa mercadoria escassa, cara e inadequada à alavancagem do Projeto de Reconstrução Nacional lançado pelo presidente Collor no aniversário de seu primeiro ano de governo. Se as financeiras pudessem utilizar melhor sua experiência de quase 30 anos a serviço do desenvolvimento socio-econômico do País, e se não fossem impedidas de desenvolver e utilizar melhor sua criatividade, certamente os consumidores teriam um crédito mais ágil, mais barato, menos burocratizado e, portanto, menos inflacionário. O presidente Collor tem razão quando insiste em afirmar que a retomada do crescimento, sem risco de explosão inflacionária, só será possível pelo aumento da competência e da produtividade nacionais.

As financeiras não querem subsídios, não pedem protecionismo, não desejam privilégios. Apenas acreditam profundamente que o trabalho, a competência e a produtividade são os melhores caminhos para o País sair da crise. E, por se considerarem profundamente sintonizadas com essa firme convicção, expressa também pelo presidente da República, solicitam que sejam extintos imediatamente todos os mecanismos de contingenciamento impostos às suas atividades. As financeiras aprovam a tese do presidente Collor e pedem licença à equipe econômica do governo para transformar em realidade, pelo menos no setor que representam, o que o presidente defende para todo o País.

Rogério Bonfiglioli é presidente da Associação das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos (Acrefi).